
POSIÇÃO

DA INTER-REFORMADOS, CGTP-INTERSINDICAL SOBRE O PLANO EUROPEU DE PENSÕES PESSOAIS (PEPP)

A Direcção Nacional da Inter-Reformados/CGTP-IN

Recentemente, foi aprovado no Parlamento Europeu (P.E.) o Plano Europeu de Pensões Pessoais (PEPP), com 388 votos a favor, nos quais se incluíram os votos dos deputados europeus do PSD e CDS, com 139 abstenções, incluindo as dos deputados do PS, e com 143 votos contra, nos quais se incluíram os votos dos deputados da CDU (PCP e PEV) e do B.E.

A Inter-Reformados/CGTP-IN, organização específica da CGTP-IN que agrega os reformados e aposentados ligados aos seus sindicatos, manifesta o seu total desacordo com esta medida aprovada no Parlamento Europeu no passado dia 4 de Abril. Na verdade, o PEPP cria-se no pressuposto de complementar as pensões públicas, partindo do princípio de que estas serão cada vez mais insuficientes. Realmente, quanto a nós, o verdadeiro objectivo é promover um mercado único de capitais, sob a capa de inovação financeira, que conduza à privatização de uma grande parte das pensões de quem trabalhou uma vida inteira.

É imperioso, neste contexto, recordar que, ainda há muito poucos anos, Portugal foi alvo de um violento Plano de Ajustamento, imposto pela União Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional, subscrito por PS, PSD e CDS e que o governo PSD/CDS implementou, levando a cabo a maior ofensiva contra os direitos colectivos e individuais dos trabalhadores e dos pensionistas desde a instauração da democracia, com violentas e gravosas consequências económicas e sociais para milhões de portugueses sobretudo os trabalhadores e os reformados que viram seriamente reduzidos os seus rendimentos e direitos.

Além disso, é bem claro que as políticas de protecção social e de inclusão social constituem competências nacionais, tendo (supostamente) a UE um papel complementar e de apoio aos Estados-membros. No entanto, a ingerência nesta matéria não cessa de aumentar, submetendo estas políticas, sobretudo a segurança social,

POSIÇÃO DA INTER-REFORMADOS, CGTP-INTERSINDICAL SOBRE O PLANO EUROPEU DE PENSÕES PESSOAIS (PEPP)

a condicionalismos de natureza económico-financeira. A “modernização” da segurança social tem levado ao enfraquecimento da segurança social pública, preparando a sua privatização ou o seu uso ao serviço do lucro privado.

O envelhecimento da população é invocado para justificar mudanças cujas intenções reais são o enfraquecimento dos sistemas públicos de segurança social baseados na solidariedade entre gerações; um maior papel da poupança individual; o aumento da idade de reforma tendo em conta a evolução da esperança de vida (o corte no valor da pensão, ou o aumento da idade de reforma de acordo com o aumento da esperança de vida, foi introduzido em Portugal na reforma de 2006); o desenvolvimento de esquemas de poupanças individuais; o alongamento da vida de trabalho; a limitação das pensões antecipadas; a igualização da idade de reforma entre homens e mulheres.

Por isso, na opinião da Inter-Reformados/ CGTP-IN este Plano agora aprovado no Parlamento Europeu insere-se na continuada ofensiva anti-laboral das instâncias da União Europeia e de governos dos estados-membros, não sendo casual que o Plano agora aprovado no Parlamento Europeu tenha merecido o entusiástico apoio do grande capital, gulosamente interessado no negócio privado das pensões e dos imensos lucros que dele adviriam.

Não à privatização da Segurança Social.

Maio de 2019